

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento
Marcílio Marques Moreira

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

RESENHA HISTÓRICA

Rio de Janeiro
1991

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0419-3

© IBGE

Elaborado pelo sistema de Editoração Eletrônica na Divisão de
Editoração/Departamento de Editoração e
Gráfica - DEDIT/CDDI, em novembro de 1991

Anuário estatístico do Brasil : resenha histórica / Fundação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de
Documentação e Disseminação de Informações - Rio de
Janeiro : IBGE, 1991
48 p

Incluir bibliografia
ISBN 85-240-0419-3

1 Brasil - Estatística - História I IBGE Centro de Docu-
mentação e Disseminação de Informações

IBGE. CDDI Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/91-46

CDU 31:93(81)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Apresentação

"Se a memória se dissolve o homem se dissolve"

Norberto Bobbio

No momento em que se põe uma visível inflexão à trajetória do Anuário Estatístico do Brasil, nada mais oportuno do que contar um pouco de sua história. Oportuno, porquanto o novo caminho que se inicia vem de um longo caminho pleno de história. Procuramos ter presente o seu passado.

Assim, tendo consciência de que a história varia com o olhar de quem a vê, por mais que se tente ser imparcial, divulgamos aqui uma das possíveis histórias do Anuário Estatístico do Brasil. Como quer que seja, ao fazê-lo, este Centro dá mais um passo na consolidação de sua missão institucional, onde, a par com diferentes ações, se lhe atribui a preservação da memória institucional.

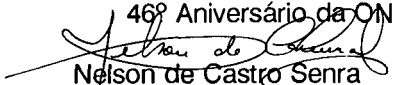
Ao se passear pela história do Anuário Estatístico do Brasil, logo se evidencia sua importância para o IBGE, não raro se confundindo com sua própria razão de existir. Concebido para ser um documento síntese de divulgação do conjunto de informações necessárias à compreensão do real da nação, chegou a ser documento único, ou quase, de tal divulgação. Com o passar do tempo, com a ampliação das informações produzidas, bem assim com a diversificação da demanda por informações, deixou de ser um documento único, mas seguiu sendo um documento síntese da maior relevância.

Nesta resenha histórica, sobreleva a presença de figuras ilustres que não mediram esforços no sentido de dar excelência ao Anuário Estatístico do Brasil. Entretanto, subjacente está a presença de muitas figuras anônimas, mas não menos ilustres, que souberam preservar o espírito de seus idealizadores. A todos, nominados e anônimos, oferecemos esta resenha histórica; o IBGE lhes rende homenagem.

Quanto à elaboração desta resenha é impossível deixar de registrar os nomes de Maria das Graças de Oliveira Nascimento, autora do texto, Regina de Almeida Sá, que contribuiu com suas observações para a versão final do texto, e de Icléia Thiesen Magalhães Costa e Laurinda Rosa Maciel, que participaram na pesquisa histórica, e de uma forma ou de outra tornaram possível a sua realização. A todos o mérito é dado.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1991

46º Aniversário da ONU


Nelson de Castro Senra

Superintendente do Centro de
Documentação e Disseminação de Informações

Sumário

Antecedentes	7
--------------------	---

Bulhões Carvalho e o Advento do Anuário	11
-----------------------------------------------	----

O Anuário no IBGE.....	15
Criação do IBGE	15
Campanhas Estatísticas	17
Convênios Nacionais de Estatística Municipal.....	21
A Crise dos Anos 50.....	25
Estatísticas para o Planejamento	27
Anuários da Primeira Fase da Fundação: 1967 a 1972	31
Anuários dos Anos: 1973 a 1980.....	32
Novos Tempos; um (Re)Começo	42
Estruturação do Anuário	42
Informatização do Processo de Produção.....	44
Projeto Editorial e Gráfico	45
Comercialização e Distribuição.....	45
Comissão Editorial	46

Referências Bibliográficas	48
----------------------------------	----

Antecedentes

"Só por meio das estatísticas podem os estadistas conscientes ter uma idéia aproximada desse mundo de phenomenos, dessa multiplicidade confusa de valores instaveis por que se manifesta a vida exuberante das colmeias humanas, empenhadas em beneficiar o sólo pelo trabalho e em acelerar a marcha progressiva da civilização pelo estreitamento cada vez mais generalizado dos vinculos de solidariedade universal "

Bulhões Carvalho

(O Recenseamento Economico de 1920, Inqueritos agricola e industrial)

As primeiras idéias para a organização de uma publicação que consolidasse os resultados dos levantamentos estatísticos realizados no Brasil couberam a José Cândido Gomes¹. Para ele a forma do trabalho deveria ser a de "resumos numéricos em mapas ou colunas explicados e comparados por meio de um texto, em estilo claro e preciso, e em que de maneira alguma transpareçam opiniões sobre sistemas econômicos, questões sociais e escolas ou partidos políticos"².

Baseado em experiências levadas a efeito por Alex Moreau de Jonnés, na França, e Adolphe Quetelet, na Bélgica, José Cândido Gomes propunha a organização da Estatística Geral no Império em dois conjuntos: Território e População, além da formação de quadros especiais, adotando a concepção de Estatística de Achenwall (1749): "descrição numérica das cousas (população, área territorial, produção, despesa, recursos militares, etc.) do Estado"³.

¹ Em 1846 foi editado o Anuario Político, Histórico e Estatístico do Brasil Rio de Janeiro F Didat, 1846, que embora tenha o título de Anuário, foge às características de forma e conteúdo que, a partir de 1908, identificam e definem tal obra

² CONSELHO Nacional de Estatística Resolução n° 121 de 14 de julho de 1939 Recomendada ao estudo das estatísticas brasileiras as "Bases para a organização da Estatística", apresentadas por José Cândido Gomes ao Ministro da Agricultura em 1862

³ CÂMARA, Lourival, Tecnologia de Amostragem Rio de Janeiro; IBGE, 1968, 3470

Parte dessa idéia é viabilizada com a criação, em janeiro de 1871, da Diretoria Geral de Estatística - DGE -, com a finalidade de proceder ao Recenseamento Geral da População, com base na organização e sistematização das atividades relacionadas aos levantamentos estatísticos. Os resultados do Recenseamento de 1872, consolidados na publicação Recenseamento do Brasil, em 1872, constituem, assim, o primeiro quadro sintético sobre a situação do País ⁴.

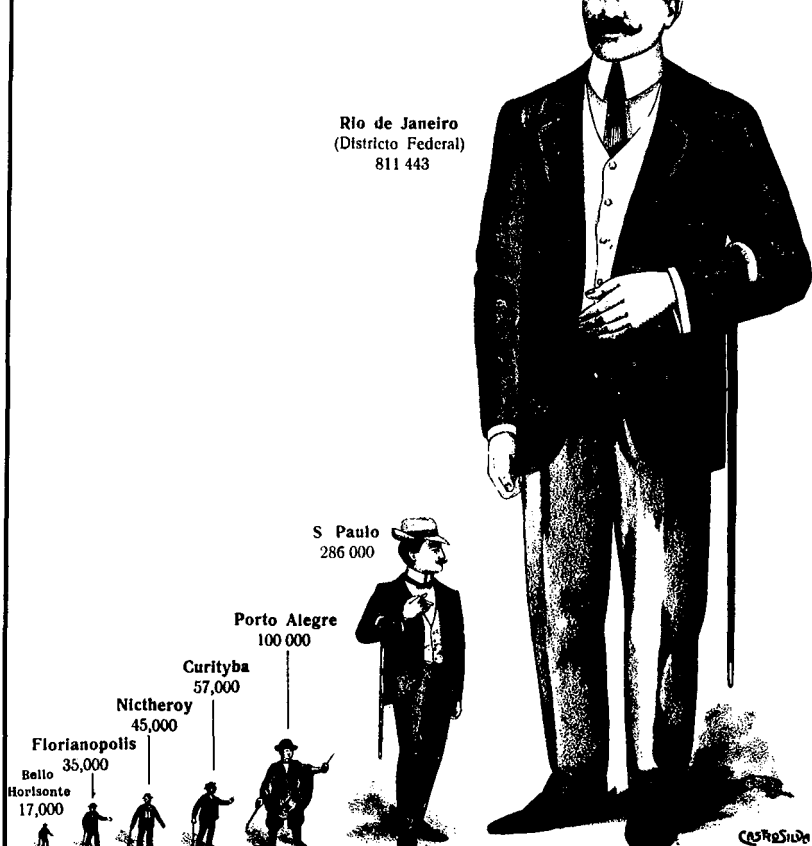
Terminado o Recenseamento, a atuação da Diretoria Geral de Estatística reduziu-se bastante e, conseqüentemente, a proposta de José Cândido Gomes, que era a estatística a nível nacional, não é implantada, ficando a descoberto assuntos que exigiam periodicidades menores nos levantamentos. Contribuiu para isso também a dificuldade de se contar com pessoal qualificado para a realização desses levantamentos em todo o Território Nacional.



Figura 1 - Resultados apresentados no "Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908", sob a coordenação da Diretoria Geral de Estatística. (Acervo de Obras Raras da Biblioteca do IBGE).

⁴ RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. s. n. t., 12 v.

POPULAÇÃO — ANNO DE 1907



COEFFICIENTES DE NUPCIALIDADE — ANNO DE 1907

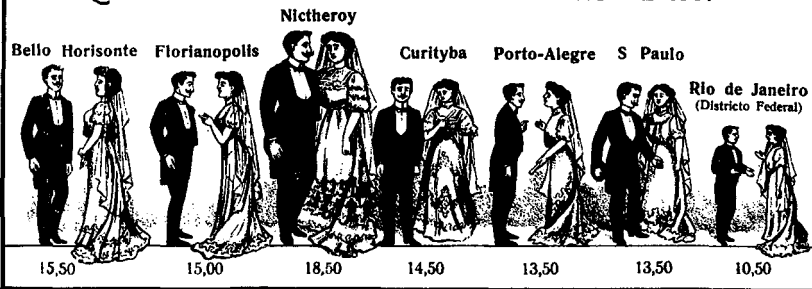


Figura 2 - Resultados apresentados no "Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908", sob a coordenação da Diretoria Geral de Estatística. (Acervo de Obras Raras da Biblioteca do IBGE)



Bulhões Carvalho

Figura 3 - José Luiz Saião de Bulhões Carvalho (1866-1940): Fundador da Estatística Geral Brasileira (ilustração da Revista Brasileira de Estatística, jan./mar. 1940 - Acervo da Biblioteca do IBGE).

Bulhões Carvalho e o Advento do Anuário

O regime federativo adotado na República garantia aos governos da União, dos estados e dos municípios autonomia na organização de seus sistemas administrativos. Os serviços de estatística das três esferas administrativas tinham plena liberdade de organizar, planejar e executar o levantamento das informações necessárias ao conhecimento da realidade econômica e social da área sob sua jurisdição.

No entanto, a inexistência de um órgão central que coordenasse os trabalhos das entidades concorria para que conceitos e formas de coleta não padronizados dificultassem a organização de quadros e tabelas a nível nacional. Além disso, a multiplicidade de levantamentos com o mesmo objetivo cansava o informante e produzia, muitas vezes, resultados conflitantes.

É nesse contexto que o Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho assumiu a Diretoria Geral de Estatística, dedicando-se a revitalizá-la e restabelecer suas atribuições de coordenação das atividades de estatísticas no País.

Como Diretor, Dr. Bulhões Carvalho impulsionou estudos e propostas que levaram à edição do Decreto n.º 6 628, de 5 de setembro de 1907. Este decreto reformulava os estatutos da Diretoria, atribuindo-lhe competência para executar todos os trabalhos de levantamentos estatísticos, exceto aqueles que já eram de responsabilidade das repartições especiais existentes. O Conselho Superior de Estatística, cuja principal tarefa era a de coligir, ordenar e uniformizar os trabalhos preparados pelas repartições especiais, também foi criado em sua gestão.

Vale observar que, com o Conselho, estabelecia-se um órgão central com função orientadora, tendo os demais órgãos papel de executores, quer fossem da esfera federal, estadual ou municipal. Havia portanto uma unidade na produção das estatísticas nacionais, tendo sido dado o primeiro passo para a organização do Sistema Estatístico Nacional.

Como decorrência dessa reestruturação é editado, em 1916, o primeiro Anuário Estatístico do Brasil, com dados do período de 1908 a 1912 (Volume I), contendo informações sobre o Território e População. Um ano depois é editado o Volume II relativo a Economia e Finanças e, em 1927, conclui-se a obra com o Volume III, que inclui dados sobre Cultos, Assistência, Repressão e Instrução.

Directoria Geral de Estatistica
Direction Générale de Statistique

ANUARIO ESTADISTICO DO BRAZIL

ANNUAIRE STATISTIQUE DU BRÉSIL

1^o Anno — 1^{ère} Année
(1908 — 1912)



Volume I

TERRITORIO E POPULAÇÃO

TERRITOIRE ET POPULATION



RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica
Imprimerie de la Statistique
1916

Figura 4 - Primeiro Anuário Estatístico do Brasil, editado em 1916, abrangendo o período de 1908-1912 (Acervo da Biblioteca do IBGE)

A diferença entre as datas de edição dos primeiros Anuários é indicada pela das dificuldades encontradas por Bulhões Carvalho para a efetivação do Decreto n.º 6 628. Apesar de todos os esforços enviados pelo Mestre - como era chamado por seus sucessores, entre eles Mario Augusto Teixeira de Freitas - as alterações introduzidas pelo referido decreto não foram plenamente efetivadas. Mesmo passando por mudanças mas devido a fatores administrativos e políticos a Diretoria Geral de Estatística não foi capaz de concretizar uma produção estatística constante, de boa qualidade, com periodicidade determinada, segundo as características dos assuntos investigados.

Reiterando a importância dos resultados estatísticos para o conhecimento da realidade do País, Bulhões Carvalho encerra o prefácio do Volume I do Anuário - Economia e Finanças, com o seguinte parágrafo:

*"Em literatura, como na pintura, é commum o recurso de exagerar as côres do quadro para melhor conseguir o relevo da forma e assim dar mais força suggestiva ás idéas Não foi este, porém, o proposito das nossas referencias ás cifras que desenhão, economica e financeiramente, a situação do Brazil Fazendo falar os numeros com a probidade que a Estatistica exige na expressão de cada algarismo, só houve o intento de dizer a verdade, - sempre necessaria e prodiga de uteis ensinamentos, além do melhor guia para a conquista dos grandes idéaes ou das vantagens que acaso nos reserve o futuro Si este nos parece agora pouco risonho, nem por isso se descortina sombrio ou apavorante. Ao contrario, os horizontes nacionaes deixam entrever a promissora claridade de uma éra não longinqua de maior prosperidade economica Para tanto é sufficiente apenas que haja trabalho e perseverança no aproveitamento intelligente de todas as actividades ou forças productoras que inutilmente se dispersam no nosso vasto territorio É, sobretudo, preciso que a politica não perturbe a administração, antes exerça toda a sua salutar influencia em beneficio della e no fomento das relações com os paizes estrangeiros, afim de facilitar, interna e externamente, a expansão do commercio e de outras fontes da riqueza nacional, devendo abster-se quanto possivel de intervir na direcção dos serviços publicos, para não enfraquecer o proficuo estímulo de todos os que devéras se esforçam pelo engrandecimento progressivo da nacionalidade brasileira "*⁵.

⁵ ANNUARIO Estatístico do Brazil 1908/1912 Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1917 V 2, 410 p

ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL

ANO II-1936



RIO DE JANEIRO
Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade
1936

Figura 5A, B - Fac-símile da folha de rosto do primeiro Anuário Estatístico do Brasil lançado pelo IBGE, em decorrência do artigo 17 do Decreto de criação do Instituto Nacional de Estatística - INE, 1936, RJ (Acervo da Biblioteca do IBGE)

DECRETO N 24 609—De 6 de julho de 1934

Cria o Instituto Nacional de Estatística e suas disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos

Art 17 — Como obrigação essencial do Instituto e sob a responsabilidade direta da Diretoria de Estatística Geral e sob o diário da Junta Executiva fica ordenada do modo expresso a da publicação regular e uniforme da série dos anuários estatísticos do Brasil

O Anuário no IBGE

Criação do IBGE

Inúmeras propostas visando a efetivar a ação coordenadora da Diretoria Geral de Estatística foram encaminhadas no período de 1927 a 1934, em diferentes instâncias de Governo. Mais do que uma Diretoria, a DGE foi um centro fomentador e amplificador de idéias para a estruturação da produção de Estatísticas Nacionais. Foi também formadora de pessoal especializado e de seguidores que, num segundo momento, foram indicados para assumir cargos-chave na implantação do Sistema proposto por Bulhões Carvalho, o Mestre.

Sob esse aspecto, cabe destaque especial as 33 teses formuladas por Mario Augusto Teixeira de Freitas, preparadas para a 1.^a Conferência Nacional de Estatística prevista para 12 de outubro de 1930, mas que foi cancelada devido à Revolução de 1930. As teses propunham a revisão na forma de organização da produção da estatística, usando-se para isto o esquema de cooperação administrativa das três esferas governamentais da República: federal, estadual e municipal, o que permitiria a execução de um plano de levantamentos estatísticos sob a coordenação de um Conselho Superior de Estatística.

Numa de suas teses Teixeira de Freitas propõe que o Anuário “deverá fornecer indicações sintéticas das condições existenciais do País, que todos os povos cultos mantêm sempre em dia ...” necessitando para isso constituir um sistema, onde ficasse estabelecido “um conjunto de ligações que solidarizem entre si todas as atividades de produção das estatísticas nacionais”.⁶

Em 1931, Teixeira de Freitas, como Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura - SEEC - e mediante a assinatura, em 20 de dezembro de 1931, dos Convênios de Estatísticas Educacionais e Conexas, estabelece acordos de cooperação com os Serviços de Estatística da União, do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre

⁶ FREITAS, Mario Augusto Teixeira de Teses Estatísticas Florianópolis: IBGE/Departamento de Estatística e Publicidade, 1939, 58p

A implantação, execução e apuração dos resultados, bem como a divulgação das estatísticas educacionais produzidas a partir da realização dos convênios, revelam a real situação do ensino brasileiro e a viabilidade, em termos técnicos e operacionais, do princípio do Decreto n.º 6.628, editado sob a inspiração de Bulhões Carvalho. Mais ainda, o mesmo princípio poderia ser estendido a outros ramos da produção de estatísticas nacionais.

Como decorrência natural do sucesso alcançado, Teixeira de Freitas, em 1932, atendendo solicitação do Ministro da Educação, apresenta anteprojeto de lei com o fim, mais uma vez, de integrar os Serviços de Estatística do País.

Constitui peça histórica o trecho da introdução onde se lê que “o Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quasi tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentária e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando não se distanciam visivelmente da realidade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que todos os povos cultos mantêm sempre em dia, nos seus mapas geográficos, físicos e políticos, e nos seus Anuários Estatísticos, o Brasil praticamente não as possui, porque só se podem assinalar neste particular entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade”.⁷

Consolidando vários movimentos nacionais, com vistas à instalação de um órgão central de estatística e em consonância com o momento nacional que preconiza o maior e melhor conhecimento do território brasileiro - objetivo de unificação nacional do governo Vargas - é criado, pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, o Instituto Nacional de Estatística - INE -, célula inicial do IBGE de hoje.

O Artigo 17 deste decreto estabelece como obrigação essencial do Instituto, sob a responsabilidade direta da Diretoria de Estatística Geral e solidariamente da Junta Executiva, a publicação regular e uniforme da série dos Anuários Estatísticos do Brasil.

Devido a um conjunto de fatores, entre os quais reações políticas contrárias à existência da Instituição, só em 29 de maio de 1936 é instalado o IBGE. Em agosto do mesmo ano realiza-se a Convenção Nacional de Estatística, onde são estabelecidos os princípios da cooperação interadministrativa, através da adesão ao instituto dos órgãos públicos e particulares responsáveis pela produção de estatísticas.

Através deste instrumento, cada entidade integrante do sistema, que era coordenado tecnicamente pelo Instituto, mantinha a responsabilidade administrativa das unidades que compunham seu aparelho técnico.

No sentido de dar cumprimento ao estabelecido na Convenção Nacional de Estatística, a Primeira Assembléia Geral - órgão deliberativo composto de representantes das entidades componentes do sistema de estatística - realizada em 1937, estabelece, através da Resolução n.º 7, a Ordena-

⁷ CONSELHO Nacional de Estatística. Resolução n.º 119 de 14 de julho de 1939 Manda incluir nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do Sistema Estatístico Brasileiro

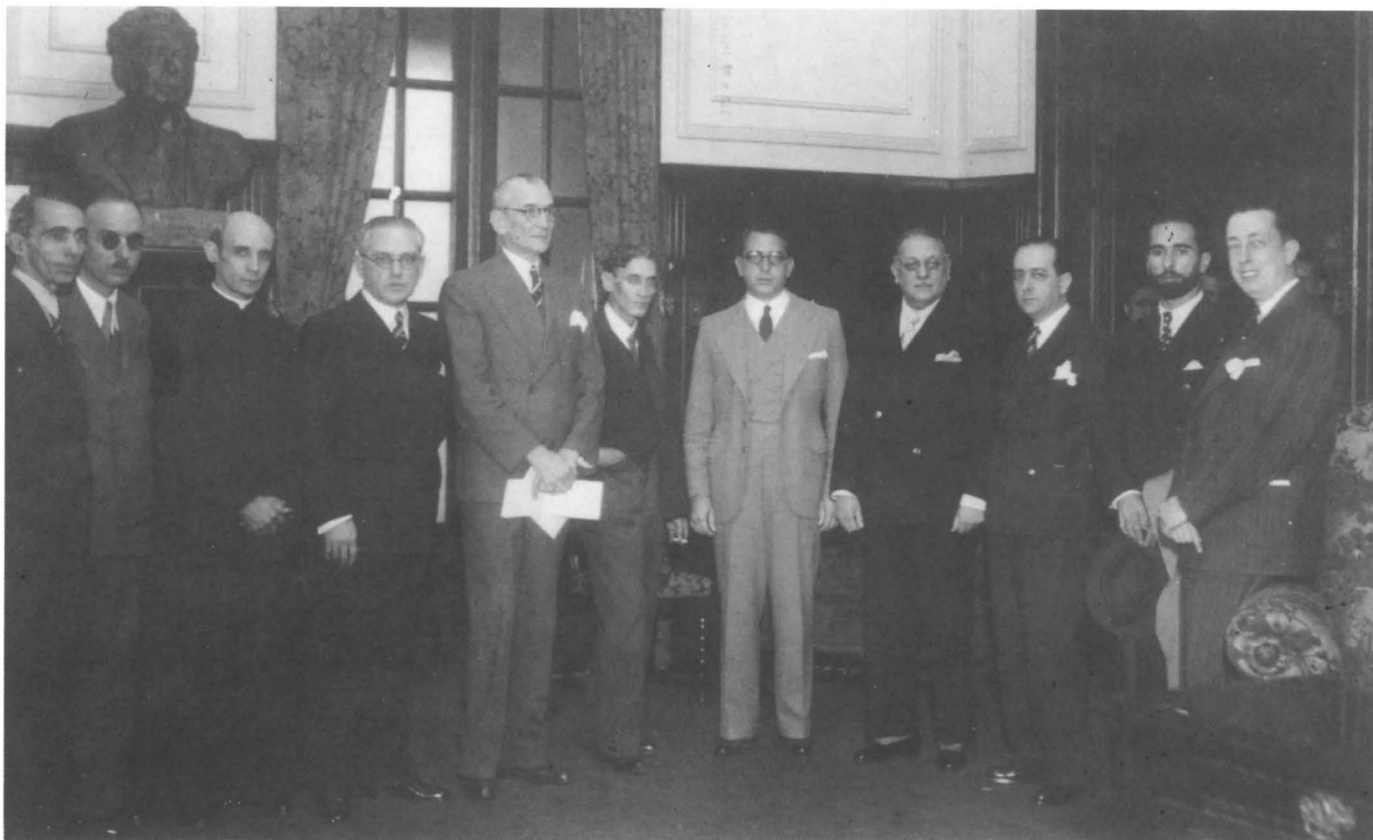


Figura 6 - Da esquerda para a direita: Rafael Xavier, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Padre Leonel Franca, Heitor Bracet, Leo de Affonseca, Carneiro Felipe, sem identificação no original, José Carlos de Macedo Soares, Prof. Lira Madeira e Osvaldo Gomes da Costa Miranda. Homens que apoiaram a proposta de Bulhões Carvalho para a formação de um órgão central de estatística, RJ, 1940. (Arquivo fotográfico da Memória Institucional do IBGE)

ção Geral dos Assuntos da Estatística Geral Brasileira, atribuindo a cada entidade filiada a responsabilidade de um elenco de pesquisas, bem como a determinação de prazos que permitisse ao Anuário apresentar, ao final do ano civil, os resultados dos inquéritos realizados no ano anterior.

A referida Ordenação Geral da Estatística Brasileira foi adaptada dos esquemas de organização da estatística geral desenvolvidos na Bélgica por Quetelet e por Moreau de Jonnés, na França; recomendações do Congresso Estatístico de São Petersburgo também foram incorporadas. Apesar dessas influências, as preocupações básicas do governo brasileiro estão representadas, mantendo-se assim a característica de descrição numérica das coisas do Estado.

Devido às articulações políticas, técnicas e administrativas decorrentes da Convenção de 1936, o primeiro Anuário Estatístico do Brasil sob a responsabilidade do IBGE é divulgado nesse mesmo ano. Como estratégia o Instituto produziu, além dos quadros a nível nacional outros com resultados regionais, procurando assim incorporar os estados e municípios à produção regular dos Anuários.

Macedo Soares, primeiro presidente do INE, destaca, na apresentação do Anuário os objetivos e ideais a serem alcançados:

*"O oferecimento à Nação, em tais condições, deste primeiro repertório tabular organizado em virtude da Convenção de 11 de agosto, constitui auspiciosas primícias do fecundo pensamento que aproximou e inter-vinculou os Governos da União e das suas Unidades Políticas para o difícil empreendimento que é o estudo estatístico integral da realidade brasileira (), reforçando mais adiante que " este primeiro grande sistema de informações numéricas terá vulgarização adequada, criando, assim, o ambiente e as condições favoráveis ao aperfeiçoamento, à solidariedade e à coordenação dos nossos serviços estatísticos, como condição essencial das iniciativas, reajustamentos e estímulos que reclamam, neste grave momento, as forças vivas da Nação."*⁸

Campanhas Estatísticas

As dificuldades de acesso (transporte e dimensão territorial) e de preparo técnico das pessoas envolvidas na coleta e na apuração dos resultados - em prazo hábil que garantisse sua consolidação e divulgação no Anuário - transformavam o trabalho em verdadeira campanha, termo usado na época para designar tarefas dedicadas à construção de um novo País. Por causa dessa idéia, o conjunto de levantamentos efetuados sob a coordenação técnica e normativa do IBGE desde 1937 passou a ser conhecido como Campanhas Estatísticas, que eram orientadas pelo Plano Nacional de Campanhas Estatísticas. Neste, eram estabelecidos o âmbito e a periodicidade dos levantamentos a serem realizados pelos órgãos produtores de estatísticas.

⁸ ANUÁRIO Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1936, 435 p



IBGE
1936
Prot.

O Governador do Estado da Bahia

no uso de suas atribuições, tendo em vista os Decretos Federais nos. 24.609 de 6 de julho de 1934 e 946 de 7 do corrente, que, respectivamente criou o Instituto Nacional de Estatística e regulou a celebração da Convenção Nacional de Estatística, resolve nomear o Dr. Alvaro Navarro Ramos, Secretario de Agricultura, Industria, Comercio, Viação e Obras Publicas, representante do Estado da Bahia, junto á mesma Convenção, com plenos poderes para discutir, votar e resolver em nome do Estado, quaisquer assuntos nela tratados, bem como assinar acórdos, compromissos ou outros atos dela decorrentes, nos limites da Constituição e leis estaduais.

Palacio do Governo do Estado da Bahia, em 14 de julho de 1936.

João de Deus
Sebastião Carlos Brinqueto
v. L. de Barros (assin.)
Alvaro de Ramos

Figura 7 - Carta de indicação do representante do Estado da Bahia à Convenção Nacional de Estatística, quando foram estabelecidos os princípios básicos da cooperação interadministrativa entre as entidades produtoras de estatísticas nacionais, RJ, 1936. (Acervo da Memória Institucional do IBGE)

**SCHEMA A QUE ALLUDE O ARTIGO 2º DA
RESOLUÇÃO N. 7**

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Instituto Nacional de Estatística

**ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUMPTOS DA ESTATÍSTICA
BRASILEIRA**

SCHEMA FUNDAMENTAL

A — CARACTERIZAÇÃO PHYSIO-DEMOGRAPHICA

I — Situação physica

A — Ambito geographico

1. Posição, limites e extensão do territorio

B — Ambiente geomorphico

2. Geologia e orographia

3. Hydrographia

C — Ambiente climaterico

4. Meteorologia e climatologia

D — Riquezas naturaes

5. Prospeção mineralogica

6. Revestimento floristico

7. Fauna

II — Situação demographica

A — Demographia estatica

a) Aspecto absoluto (recenseamento)

1. Effectivos demographicos

Figura 8 - Primeira Ordenação da Estatística Geral do Brasil, definida pela Resolução n.º 7 da primeira Assembléa-Geral realizada em julho de 1936, RJ (Acervo da Memória Institucional do IBGE)

Vale ressaltar que à frente desses órgãos estavam representantes da elite cultural do País que, comprometidos com o ideário da Convenção Nacional, desenvolveram esforços para efetivar a concepção teórica proposta nas teses de Mario Augusto Teixeira de Freitas.

As providências necessárias, na maioria complexas e onerosas, a integração e constituição do aparelho estatístico nacional, por força da Convenção Nacional de Estatística, fizeram com que o Anuário de 1936 apresentasse resultados originários de compilações das estatísticas disponíveis nas diferentes entidades produtoras. A ação coordenadora exercia-se a posteriori, reduzindo-se à compatibilização dos diferentes resultados, conforme assinala Macedo Soares: "... o ajustamento definitivo desse sistema não há de ser obra de improvisação, torna-se manifesto que o número inicial desta segunda fase do Anuário Estatístico do Brasil só poderia conter o material já conseguido relativamente aos aspectos fundamentais da vida nacional".⁹

Por essas razões, considera-se como primeira Campanha Estatística a de 1937, quando foram estabelecidas as atribuições de cada entidade produtora, bem como os prazos e instrumentos de resumo e de controle da coleta. O Instituto pôde assim começar a exercer suas atividades normatizadoras.

Nessa primeira Campanha, as informações foram obtidas através do preenchimento de um conjunto de formulários reunidos em um único caderno. Era a representação das necessidades de informações encaminhadas pelos órgãos integrantes do aparelho estatístico e também a sistematização global dos formulários encaminhados pelos órgãos estaduais.

Em 1938 as informações foram coletadas em dois cadernos "A" e "B". O "Caderno A" compreendia o cadastramento dos estabelecimentos, serviços e ocorrências existentes em cada município que deveriam ser objeto de levantamento estatístico, enquanto que no "Caderno B" eram registrados os valores relativos às características investigadas das unidades cadastradas no "Caderno A".

Em 1939 não foi realizada a Campanha, pois não houve tempo hábil para a edição dos cadernos necessários à coleta. Isto porque as oficinas do Serviço Gráfico do IBGE estavam comprometidas com a preparação dos instrumentos do Recenseamento Geral de 1940, e com a edição do Anuário Estatístico de 1938.

Para a Campanha de 1940, foi instituído o "Caderno C", que visava a reunir os dados disponíveis a nível de municípios das capitais, além dos dados referentes ao total do Estado; ambos poderiam ser obtidos nos órgãos estaduais centrais, agilizando, portanto, a obtenção das informações.

Com os "Cadernos A, B e C" eram consolidados os instrumentos da produção de estatísticas nacionais, que foram utilizados até a Campanha de 1942, base dos primeiros Anuários editados sob a égide do IBGE.

Convênios Nacionais de Estatística Municipal

A concepção adotada para a formação do aparelho estatístico nacional, acordada na Convenção Nacional de Estatística, que era bastante avançada

⁹ Op cit p VIII.

da para a época, encontrou sérios entraves para a sua operacionalização: não só quanto a sua implementação nas Agências Municipais de Estatística, base de toda operação, como em relação ao arcabouço teórico contido na convenção.

Na medida em que as Agências constituíam um serviço da esfera municipal, seguindo as normas e orientação de cada prefeitura, as diferenças de infra-estrutura, condições econômicas e de transporte existentes nos municípios influíam na qualidade e periodicidade dos inquéritos. Além disso, muitos municípios não tiveram, até 1942, condições de instalar a Agência Municipal de Estatística, embora tivessem decorrido quase seis anos desde a assinatura da Convenção. Tornava-se necessário estabelecer acordos com os governos envolvidos e deslocar funcionários municipais de outras funções, ou da própria repartição regional, para realizar a coleta dos inquéritos.

Por ocasião da Segunda Guerra e da implantação do estado de emergência no País, os Anuários não forneceram as estatísticas necessárias à formulação do plano de segurança nacional, devido aos diferentes níveis de qualidade das estatísticas municipais. Era posta a descoberto uma falha estrutural do aparelho estatístico nacional.

Como solução, foram realizados os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, instituídos pelo Decreto-Lei n.º 4.181, de 16 de março de 1942, e ratificados pelo Decreto-Lei n.º 5.981, de 10 de novembro de 1943, provocando a chamada “nacionalização” das Agências Municipais de Estatística, pois as agências passaram a ser administradas pelo IBGE, em âmbito nacional. Destacam-se os principais objetivos:

- as repartições de estatística dos municípios conservavam seu caráter de órgão da administração municipal, embora fossem mantidas e dirigidas em regime especial pelo IBGE, por força de concessão ou delegação acordada;
- atribuíam-se a essas repartições as características dos elementos integrantes do sistema estatístico superior - Regional e Nacional;
- assegurava-se às repartições municipais a organização e o funcionamento, segundo padrões e normas nacionais, observando-se a racionalização administrativa e a perfeita eficiência técnica;
- formava-se um quadro de pessoal em âmbito nacional, instituído e mantido pelo IBGE, de modo a assegurar a formação de servidores aptos ao desempenho das funções;
- criava-se uma Caixa Nacional que forneceria os recursos necessários à realização de pesquisas estatísticas em todos os municípios do País, de forma uniforme e eficiente; e
- as repartições municipais seriam agrupadas segundo regiões, para efeito de controle e orientação, sendo para isso criado um corpo de inspetores composto por funcionários dos quadros do Instituto.

Para custear a respectiva Repartição Municipal de Estatística e a contribuição de cada municipalidade para os serviços estatísticos nacionais de caráter municipal - como também os registros, pesquisas e realizações necessárias à segurança nacional, relacionadas com as atividades do IBGE - os convênios estipulariam, através de leis municipais que os ratificassem,



Figura 9 - Reunião dos Inspetores Regionais de Estatística, realizada no IBGE de 6 a 13 de fevereiro de 1950. Mesa que presidiu a reunião inaugural, ocasião em que falava o Sr. Rafael Xavier, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Da esquerda para a direita: Tulo Hostílio Montenegro, Waldemar Lopes, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Giorgio Mortara. (Arquivo fotográfico da Memória Institucional do IBGE).



Figura 10 - Funcionários da Agência Municipal de Estatística de Natal, RN, realizando trabalhos de apuração das informações coletadas nas Campanhas Estatísticas em 1937. (Arquivo fotográfico da Memória Institucional do IBGE).

a criação de uma taxa de estatística, em forma de selo especial fornecido pelo IBGE, sobre as entradas em casas ou lugares de diversões (cinemas, teatros, cine-teatros, circos, etc.). A arrecadação da respectiva renda seria destinada ao Instituto, segundo acordo com o Banco do Brasil, onde eram depositados e movimentados os Recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal.

Com a ratificação dos convênios, caberia ao IBGE fornecer a cada governo municipal todos os elementos estatísticos de que necessitassem, fossem de ordem local, regional ou nacional. Ao Governo do Estado caberia assegurar o cumprimento do Convênio, tanto por parte da administração estadual ou territorial, como pelos governos municipais, seus co-signatários. O governo de cada município, por sua vez, criaria a taxa ou sobretaxa para a formação do Fundo Nacional de Estatística.

Pela Convenção Nacional ampliava-se o campo das atividades técnicas e normativas exercidas pelo IBGE, que passava a atuar também na fase operacional da obtenção das informações, já que assegurara o direito de manter, sob sua responsabilidade administrativa, as Agências Municipais de Estatística.

O ano de 1943 foi de muita importância para a coleta das informações do Anuário Estatístico do Brasil. Com a implantação dos Convênios Municipais de Estatística, a reformulação dos Inquéritos Econômicos e o lançamento do "Caderno D", relativo ao levantamento trimestral das colheitas concluídas e das safras previstas, as estatísticas do Anuário tornaram-se mais sistemáticas e, portanto, de melhor qualidade.

A garantia de sucesso na implantação dessa nova estrutura do aparelho estatístico nacional dependia dos recursos obtidos através do selo estatístico. Setores da sociedade não concordaram com esse novo imposto. Várias manchetes de jornais, existentes no arquivo particular de Teixeira de Freitas, demonstram essas reações e também as explicações da manutenção do imposto.

Os resultados das mudanças implantadas fazem-se percebidos a partir da Campanha Estatística de 1945. A Resolução n.º 290, de 23 de julho de 1945, da Assembléia Geral define, pela primeira vez, Campanha Estatística Nacional ou Plano Estatístico Nacional como levantamentos estatísticos que, sob a responsabilidade conjunta e solidária dos órgãos das três Ordens Administrativas da República, são integrados ao Sistema do Instituto. Esses levantamentos deveriam ser realizados anualmente em todo o País.

São instituídos os questionários da Série Q e os Inquéritos Especiais, de responsabilidade da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística e dos Órgãos Centrais Federais, visando a maior agilidade na produção de estatísticas nacionais, estratégia que inicia o IBGE na fase de execução dos trabalhos.

Mario Ritter Nunes, em trabalho realizado sobre as Campanhas Estatísticas do IBGE, comparou, em 1945, os inquéritos levantados pelos órgãos produtores de estatística com o Esquema Fundamental da Estatística Brasileira, mostrando a existência de 166 formulários necessários à coleta de todas as informações.

A magnitude dos compromissos assumidos pelo IBGE, com a assinatura dos Convênios Municipais de Estatística tinha como principal aspecto a formação de um quadro nacional de pessoal instituído e mantido pelo IBGE, que implicava a formação de servidores aptos ao levantamento dos 166 inquéritos. Isto acarretou mudança estrutural no próprio Instituto, com a criação das Inspetorias Regionais responsáveis pela administração das Agências Municipais de Estatística.

A partir de 1946, em decorrência dessas medidas, os Anuários passam a divulgar estatísticas nacionais com menor defasagem de tempo. Estabelecidas essas bases, o final da década de 40 foi dedicado aos trabalhos normais das Campanhas.

A Crise dos Anos 50

A organização da Estatística Geral Brasileira, baseada na ordenação geral de assuntos cuja concepção era bastante avançada para a época, retratava muitos aspectos da sociedade brasileira. O trabalho de Mario Ritter Nunes evidencia os 166 inquéritos, que continham um grande número de quesitos, dos quais se divulgava apenas uma pequena parcela das informações coletadas. A dificuldade de coordenação técnica das atividades nos diferentes órgãos produtores de estatística, dada a dimensão territorial, prejudicava a apuração dos resultados, ocasionando, muitas vezes, necessidade de reedições de tabelas para o Anuário.

Lourival Câmara¹⁰, em novembro de 1951, faz uma avaliação crítica da Estatística Brasileira e conclui que o esquema estrutural adotado, por sua generalidade, não investigava, com a devida profundidade, aspectos de maior relevância da realidade brasileira. Segundo ele havia desperdício de recursos, na medida em que os planos tabulares para divulgação das pesquisas e inquéritos eram mínimos. Outros pontos fracos eram a realização de pesquisas por métodos de levantamentos exaustivos, que investigavam todas as unidades de observação, ao invés da adoção de pesquisas por amostragem e a formação insuficiente do pessoal envolvido na coleta, apuração e análise dos resultados. Como solução Lourival Câmara propunha a criação do Laboratório de Estatística e o investimento maciço na formação de pessoal: sólidos conhecimentos teóricos em Matemática e Estatística eram necessários para serem levadas a cabo as reformas estruturais indispensáveis às mudanças de tecnologia, na obtenção das estatísticas nacionais.

A discussão sai do âmbito do IBGE, ao ser publicada, em dezembro de 1951, no Correio da Manhã, a matéria “Um relógio atrasado”, crítica contundente às estatísticas produzidas pelo Instituto, do qual se transcreve o trecho relativo aos usuários: “Quem quiser saber o que acontece nesse ramo e procurar, em fins de 1951, o Anuário encontra-o muito bem feito; é

¹⁰ CÂMARA, Lourival, Exame Crítico da Estatística Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1951, 89 p



Figuras 11, 12, 13 - Repercussão na imprensa da crise de 1952 no IBGE (Arquivo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional)

O Novo Censo "Ultima Hora"

Charge de AUGUSTO RODRIGUES

2/1/52



— Qual o grande problema da estatística general Poli?
— Fazer o censo dos demissionarios

Quinta-Feira, 10 de Janeiro de 1952



ULTIMA HORA

A CRISE NO I. B. G. E.

Em Guarda, os Estatísticos Defendem o Patrimônio Moral do Instituto

Acusa Poli Coelho: Estatísticas Caras, Atrasadas e de Duvidosa Precisão — Revide: Ausência de Objetividade na Crítica — Reação do Funcionalismo — Exoneram-se Desde o Vice-Presidente do I.B.G.E. Até o Administrador do Edifício-Sede — Confronto Entre "Boletim Estatístico" do Brasil e Argentino

Reportagem de HUMBERTO ALENCAR (Exclusivo Para ULTIMA HORA)

publicação do IBGE feita pelo Conselho Nacional de Estatística. Simplesmente é de 1948. Temos que governar-nos pelo que aconteceu há três anos pressupondo ou adivinhando o resto. Temos de adicionar à estatística doses generosas de imaginação”.

Em janeiro de 1952, o então Presidente do Instituto, General Polli Coelho, baseado no citado estudo de Lourival Câmara, achou por bem responder ao jornal na matéria “A questão do CNE”, onde dizia que as estatísticas produzidas sob a égide do IBGE eram caras, imprecisas e atrasadas e que envidaria todos os esforços para que a situação fosse modificada.

Essa declaração causou revolta entre os funcionários da Casa e todos os chefes pediram demissão por não admitirem ataques ao IBGE de Teixeira de Freitas. Os trabalhos da Instituição não podiam ser desenvolvidos sem a credibilidade da população.

Este episódio, conhecido como a “Crise de 1952”, gerou um conjunto de artigos de Waldemar Lopes, publicados na Tribuna da Imprensa, que refutavam tais acusações, e também Teixeira de Freitas escreveu, sob o título “Em defesa das Estatísticas Brasileiras”, um trabalho que mostrava os avanços das estatísticas desde a criação do IBGE, embora reconhecesse as dificuldades no alcance dos objetivos iniciais propostos.

Para apurar as denúncias o Presidente Getúlio Vargas instituiu uma Comissão de Inquérito, que viria a confirmar a importância e relevância dos serviços de estatística do IBGE, de acordo com as idéias defendidas por Teixeira de Freitas.

O balanço final da crise trouxe duas conseqüências: a criação da Comissão Técnica da Revisão das Campanhas Estatísticas - CTRACE -, com função básica de avaliar o elenco de levantamentos das campanhas, ajustando-os à nova realidade brasileira, e a criação da Escola Brasileira de Estatística, atual Escola Nacional de Ciências Estatísticas; idealizada como formadora de pessoal qualificado (sólida formação matemática e estatística) para assumir posições técnicas e administrativas nos serviços estatísticos brasileiros. Reforçaram essas iniciativas movimentos de organismos internacionais que visavam à padronização das estatísticas das Américas.

O Anuário de 1953, em sua nota prévia, declara que “no propósito de difundir com a necessária presteza os dados estatísticos que colige sobre os diferentes aspectos da vida brasileira, o Conselho Nacional de Estatística lança pela primeira vez um volume do Anuário Estatístico do Brasil ainda no ano a que o mesmo corresponde e apresentando, na maioria das tabelas, informações referentes ao ano anterior. Visa, com essa iniciativa, a imprimir o cunho da maior atualização possível à publicação ...”¹¹, refletindo assim as primeiras providências para ajustar as datas de coleta e divulgação.

Estatísticas para o Planejamento

Dos estudos e redefinições iniciados na década de 50 emergiu a necessidade de se organizar estatísticas que fossem básicas ao planejamento econômico e social do País. Como conseqüência, o período de 1960 a

¹¹ ANUÁRIO Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 1953, 574 p

1967 caracterizou-se por um amplo processo de reformulação da produção de estatísticas nacionais.

O primeiro marco foi a criação e regulamentação das atividades da Comissão Nacional de Planejamento - COPLAN -, através do Decreto n.º 154, de 17 de novembro de 1961, com a finalidade de “reunir, coordenar ou realizar estudos e levantamentos necessários ao planejamento plurianual ou desenvolvimento econômico e social do País, bem como coordenar e harmonizar os planos gerais ou setoriais, pesquisas e projetos elaborados por Órgãos Públicos ou Privados”.

No sentido de viabilizar esta proposta, em 25 de junho de 1962 o Governo Federal, pelo Decreto n.º 1 283, criava grupo de trabalho na COPLAN com a incumbência de propor as providências que julgasse adequadas para “ampliar e aprofundar o campo dos levantamentos estatísticos, necessários ao planejamento nacional, levando em conta especialmente:

- a) a extensão e a profundidade dos levantamentos, os instrumentos de coleta, a apuração e a divulgação dos resultados;
- b) a organização administrativa do IBGE; e
- c) o suprimento regular dos recursos financeiros necessários”.

Entre as muitas constatações do grupo sobre as estatísticas nacionais, figurava a que julgava o desempenho da função de coordenação técnica do IBGE prejudicada por pertencerem os Serviços Federais de Estatística a diferentes órgãos da administração pública, seguindo, portanto, normas administrativas diversas. Isto provocava, muitas vezes, morosidade na solução dos problemas, tanto técnicos como administrativos.

Verificou-se, também, que muitos municípios brasileiros denunciaram os Convênios Municipais de Estatística, provocando a diminuição dos recursos para a manutenção do Sistema Estatístico Nacional, já que esses municípios deixaram de efetuar os recolhimentos acordados pelos referidos convênios. Outra constatação referia-se ao grande número e à diversificação das áreas dos levantamentos realizados pelo Sistema Estatístico Nacional.

Internamente, a Assembléia Geral do IBGE, através da Resolução n.º 798, de 9 de junho de 1962, propôs que a Presidência do Instituto estudasse o anteprojeto de lei sobre a federalização dos Departamentos Estaduais de Estatística, para ser encaminhado com seu parecer ao Conselho de Ministros, após obtida a indispensável concordância dos governos estaduais. Pode-se dizer que esta foi a primeira tentativa de centralizar todas as fases do levantamento estatístico num único órgão, usando para isso um protocolo adicional à Convenção Nacional de Estatística.

Em 30 de novembro de 1962, o mesmo grupo de trabalho encerrou suas atividades, indicando basicamente seis princípios administrativos para adequar o Sistema Estatístico às necessidades do planejamento econômico e social do País:

o primeiro era o da Centralização, ou seja, a execução, sob responsabilidade única, das estatísticas fundamentais ao planejamento nacional;

o segundo, o de Coordenação, que estabelecia o controle dos instrumentos de coleta direta e as normas uniformes para as demais estatísticas a serem divulgadas sob a égide do IBGE;

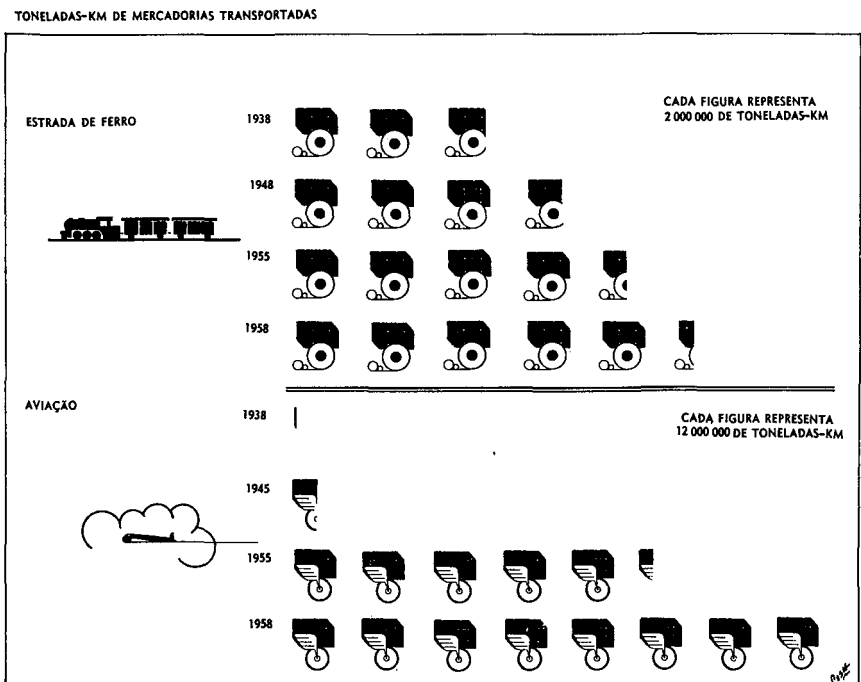
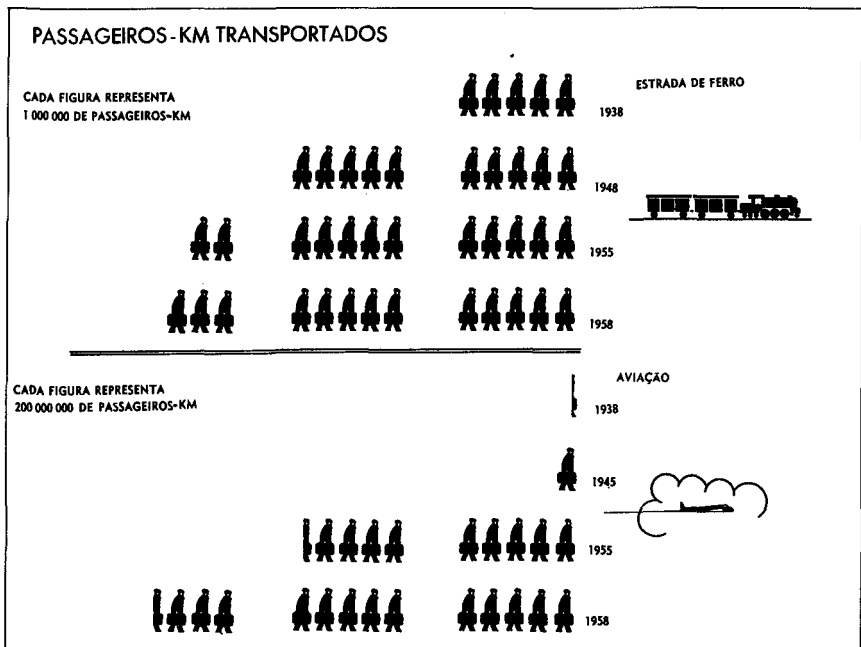


Figura 14 - Representação pictórica do volume de passageiros e de mercadorias transportadas - Anuário Estatístico do Brasil - 1960 (Acervo da Biblioteca do IBGE)

o terceiro, o de Planificação, que se daria através da elaboração anual do Plano Nacional de Estatística;

o quarto, o de Concentração, através do qual seriam definidos os critérios de prioridade e de essencialidade dos inquéritos a cargo do órgão central;

o quinto, o de Estabilização, seria obtido pelo fornecimento de recursos financeiros suficientes e estáveis, para o funcionamento das estatísticas nacionais; e

finalmente o sexto, o de Racionalização, obtido através da definição de metodologias adequadas aos trabalhos de natureza técnica e da simplificação burocrática e administrativa.

De maneira geral, os princípios estabelecidos pelo grupo de trabalho ajustavam a concepção inicial do Sistema Estatístico - a partir da redução do elenco de pesquisas - a um conjunto básico que objetivavam o planejamento governamental. Mantinha-se o papel de Coordenador Técnico para o IBGE, fato que será reforçado em muitos documentos editados no período de 1963-67.

O Plano de Realizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o biênio 1964-65 destaca que o IBGE tem que "atender ao imperativo de acompanhar o ritmo de progresso do Brasil com seus trabalhos técnicos, que são fundamentais aos planejamentos em correspondência ao desenvolvimento dos programas de trabalho e de seus resultados, dia a dia, caso contrário perderá substância e deixará de contribuir na medida certa para a realização daqueles objetivos".

Mais adiante, o mesmo documento indica que medidas de maior urgência foram adotadas naquele momento visando a adaptar os trabalhos estatísticos, a partir da Revisão Geral do Esquema Fundamental dos Assuntos de Estatística Brasileira, às condições e necessidades do País.

Como projetos prioritários aparecem ainda o reaparelhamento da rede de coleta estatística e da Secretaria Geral do CNE, além da revisão e atualização das estatísticas para fins militares, da indústria e do comércio, dos serviços, do comércio interestadual por vias internas, a realização do censo dos servidores da União e das estatísticas agropecuárias contínuas.

Paralelamente, a utilização de novas tecnologias de computação eletrônica e a conseqüente criação do Centro de Processamento de Dados, em 25 de outubro de 1963, vai facilitar o trabalho de apuração estatística que, segundo Martiniano Barbosa Moreira, capacitaria o Brasil a realizar uma estatística fidedigna, em prazos certos, a preços baixos, devendo-se isto "unicamente à técnica. Felizmente já se dá o valor, em nosso País, a essa tese. Somente a técnica, o trabalho intenso e continuado poderá nos liberar do subdesenvolvimento e fazer com que alcancemos níveis mais altos de bem-estar".¹²

Com o movimento de 1964, os órgãos de estatística não ficaram imunes às ações decorrentes do estado de exceção no País, embora fossem mantidas as articulações existentes entre membros e dirigentes de órgãos estatísticos. A discussão técnica relativa à produção de estatística também per-

¹² BOLETIM de Serviço do IBGE. Rio de Janeiro, v 12, n 590, 25 de outubro de 1963

manece, apropriando-se dos princípios básicos das propostas encaminhadas em 1962 pela COPLAN.

Em 1964 Tulo Hostílio Montenegro¹³, antigo funcionário do IBGE, dirigente do Instituto Inter-Americano de Estatística - IASI -, e diretor do Departamento de Estatística da Organização dos Estados Americanos - OEA -, apresentou diagnóstico do funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, onde ratificava as condições do grupo da COPLAN, dando o respaldo do organismo Internacional às propostas de reformulação do IBGE, no contexto do planejamento econômico e social.

Anuários da Primeira Fase da Fundação: 1967 a 1972

Com a transformação, em 1967, do IBGE em Fundação restringe-se o elenco das pesquisas àquelas relevantes ao planejamento econômico e social, dispondo-se para isso, de recursos estáveis para permitir a continuidade da realização das pesquisas bem como a utilização de novas tecnologias de levantamento e apuração.

Por outro lado, ao canalizar a produção de estatística para tópicos julgados relevantes ao planejamento econômico e social, abandonava-se a Organização dos Assuntos de Estatística Brasileira substituindo-a pela formulação, em 1968, do Plano Nacional de Estatísticas Básicas - parte do Plano Nacional de Estatística -, estruturado em subdivisões: estatísticas primárias e estatísticas derivadas.

O conceito de estatísticas primárias associava-se ao levantamento do dado propriamente dito, incluindo as fases de planejamento, coleta, apuração e divulgação, abrangendo as situações demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política do País. As estatísticas derivadas destinavam-se à elaboração, construção e análise de indicadores, índices e balanços associados à situação demográfica e econômica.

Como consequência das mudanças, a responsabilidade de produção de grande parte das tabelas e quadros divulgados no Anuário Estatístico do Brasil passam das repartições centrais de estatística de diversos Ministérios para o IBGE, na medida em que este passa a dispor de recursos financeiros, humanos e materiais para a realização das pesquisas.

Cria-se a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas - CONPLANE -, responsável pela coordenação técnica das atividades do IBGE. Constituída por representantes dos Ministérios e de repartições de estatística, tinha como competência prioritária a de se pronunciar sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do Sistema Estatístico Nacional, sempre que fosse preciso assegurar a obrigatoriedade legal na prestação das informações.

Além disso, o IBGE realizaria periodicamente a Conferência Nacional de Estatística - CONFEST -, com o objetivo de examinar, com representantes

¹³ MONTENEGRO, Tulo Hostílio Observações e sugestões para a reformulação do Sistema Estatístico Brasileiro e a reorientação das suas atividades 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, 67 p

dos Ministérios, governos estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, além de técnicos e especialistas em assuntos relacionados com estatísticas contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de uma racional coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades.

Mais uma vez o estado de exceção de 1964 vem favorecer o fortalecimento do IBGE como órgão central da produção de estatística, na medida em que os governos reconheciam a necessidade de um sistema de informação como suporte para definições de estratégias que levassem a um maior conhecimento, em bases técnicas, da realidade econômica e social do País, de modo que os poderes públicos não ficassem “condenados à permanente e malsinada improvisação”¹⁴.

Como resposta, o Anuário de 1968 destaca em sua apresentação as alterações ocorridas, evidenciando: a antecipação para outubro do lançamento da publicação, o acréscimo de assuntos e as especificações consideradas úteis, a divulgação dos primeiros resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, a atualização e revisão das estatísticas da Indústria de Transformação e da Construção, bem como das estatísticas referentes a preços nos comércios varejista e atacadista.

Anuários dos anos: 1973 a 1980

Com a Lei n.º 5. 878, de 11 de maio de 1973, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, o IBGE passa a ter como objetivo básico “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, especialmente ao planejamento econômico e social à Segurança Nacional”, exercendo sua atuação mediante a produção direta de informações, bem como a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

Como um instrumento de orientação e coordenação das atividades de produção das informações destinadas à consecução do objetivo básico do IBGE, a mesma lei instituiu, no artigo quinto, o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG. As informações contidas no referido plano passaram a ser de responsabilidade única do IBGE, podendo este, para assegurar a exatidão e a responsabilidade do seu fornecimento, avocar a produção de informações de competência de órgão sob sua coordenação técnica.

A aplicação da Lei n.º 5. 878 teve como principal conseqüência a centralização da produção de estatísticas no IBGE. A partir de 1967 são acrescidos às tarefas do IBGE 33 inquéritos, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

¹⁴ VIDAL, Germano Seidl Uma nova filosofia de administração: uma experiência de seis meses, no período de 6 de abril de 1964 a 2 de outubro de 1964. Rio de Janeiro: IBGE, 1964

ENTIDADES PRODUTORAS POR PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DAS PESQUISAS
1943-1977

ENTIDADE PRODUTORA	PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO				
	1943-1949	1950-1959	1960-1966	1967-1973	1974-1976
SEDMP/MJ.....	13	02	05	04	-
SEEC/MEC.....	07	02	10	06	-
SUDEP/MA.	-	-	03	-	-
SEP/MA.	02	-	18	-	-
SEEF/MF.....	-	-	02	-	-
SEPT/MTPS.....	03	-	02	-	-
SES/MS.....	-	05	01	-	-
IBGE.....	15	01	18	27	06
SEFM	14	-	05	-	-
CENDIE	-	-	02	01	-
SNE/SG..... ..	01	01	09	-	-
DDD	-	-	02	-	-
CBEA	-	-	-	10	-
ENDEF.....	-	-	-	-	01
DEPSO	-	-	-	01	01
DEICOM	-	-	-	15	04
TOTAL.....	40	10	59	37	06

FONTE - IBGE/SUESP/DIAPO. Controle de Coleta, 1977

Neste momento o IBGE, além de reunir condições técnicas e infra-estrutura adequada à realização das pesquisas, dispunha da Rede Nacional de Agências, suporte básico para uma coleta de informações em tempo hábil.

Transfere-se para o IBGE a decisão sobre o que produzir e também sobre o que ofertar à sociedade, através do Anuário Estatístico do Brasil - veículo de divulgação do Sistema Estatístico Nacional - SEN. O Centro Editorial - CEDIT -, criado em 1975 na Diretoria de Divulgação do IBGE, assume a coordenação das atividades de produção da publicação.

Como primeira providência o IBGE procede à reformulação do Anuário, baseando-se em anuários de instituições congêneres de outros países, principalmente os Estados Unidos, França e Alemanha, observando-se principalmente "a organização, as funções, o nível de eficiência e o rigor na interpretação dos dados estatísticos".¹⁵ Buscou-se também definir o escopo da publicação, de acordo com essas fontes, como por exemplo: Sinopse

¹⁵ A NOVA estrutura e funcionalidade do Anuário Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 1979

POPULAÇÃO

MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS

BRASILEIROS NATOS, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO E REGIÃO DE PRESENÇA - 1960

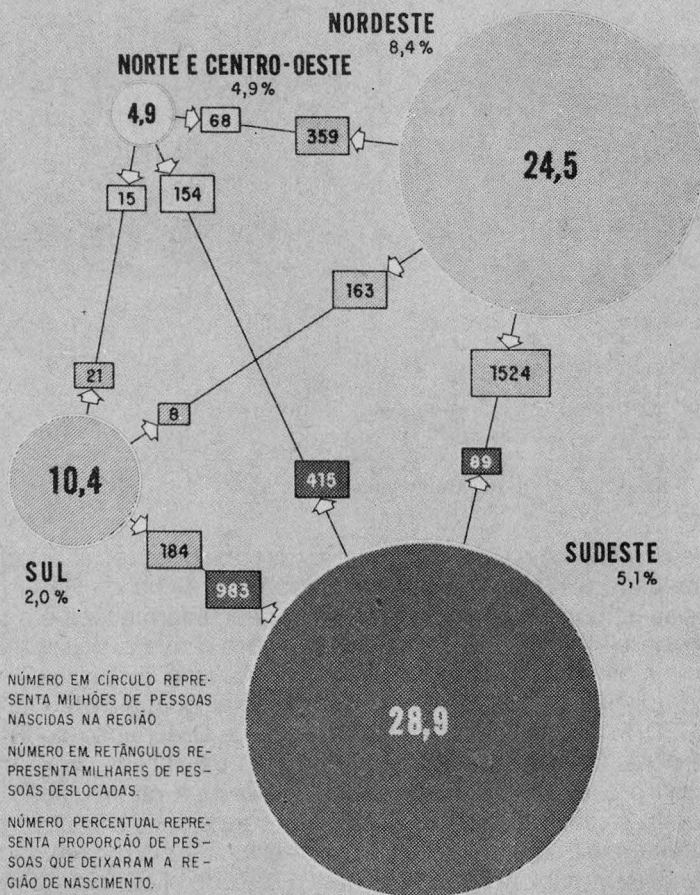


Figura 15 - A intensidade do movimento migratório registrada no Anuário Estatístico do Brasil - 1968. (Arquivo da Biblioteca do IBGE).

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO

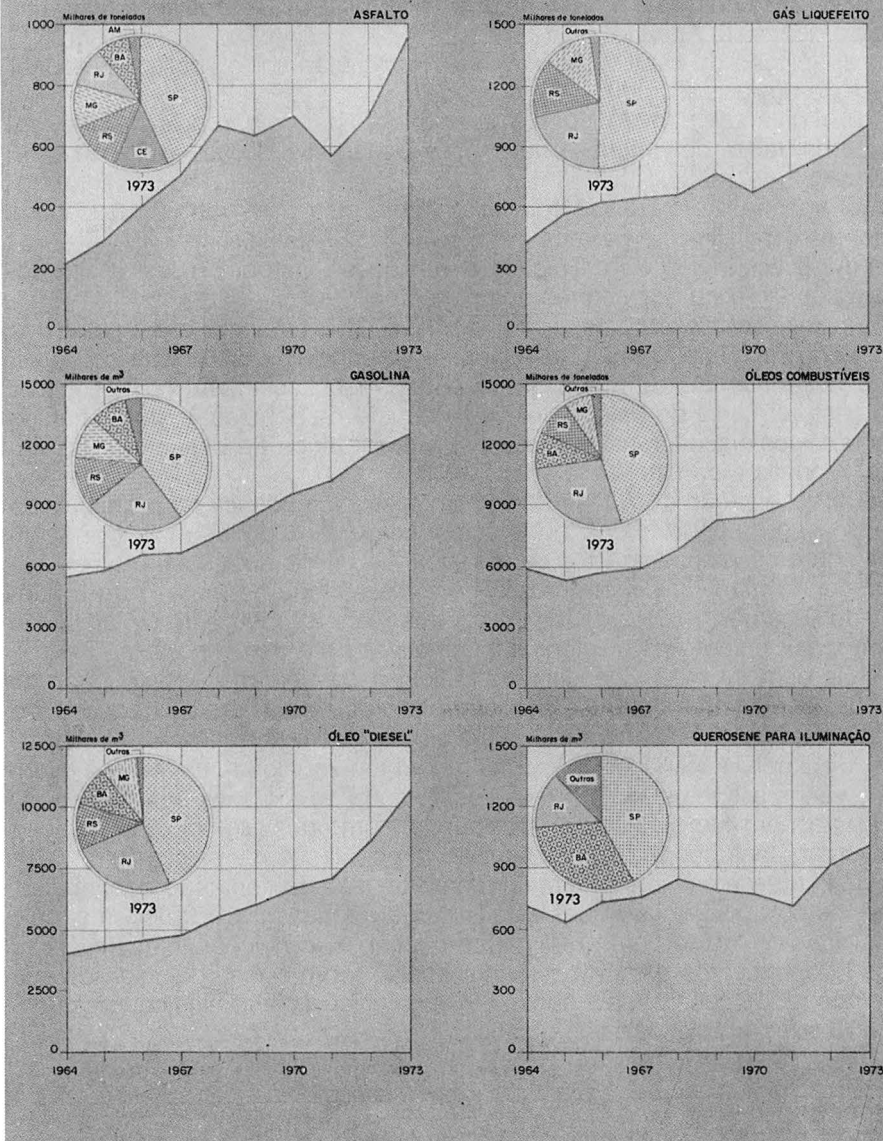


Figura 16 - Os números da produção de derivados de petróleo mostrados no Anuário Estatístico do Brasil - 1974. (Acervo da Biblioteca do IBGE).

estatística dos Estados Unidos de 1975 - Sumário padronizado de estatísticas sobre a organização social, política e econômica dos Estados Unidos, que se destina a servir de obra de referência estatística e de guia para outras publicações e fontes estatísticas; e Anuário Estatístico da França de 1974 - Seu objetivo principal é reunir os dados estatísticos essenciais disponíveis de um determinado ano.

Com base nesses e em outros princípios, o CEDIT estabeleceu as principais funções do Anuário:

“a) seleção de estatísticas sobre a organização social, política e econômica de um país (...);

b) reunião de dados disponíveis essenciais para o ano determinado; seleção de dados de variadas publicações estatísticas, do governo e de particulares;

c) volume de referência estatística como guia para outras publicações e fontes estatísticas, e para os próprios órgãos estatísticos;

d) apresentação de definições e indicações metodológicas, assim como visão sintética dos setores componentes.”¹⁶

Em relação à estruturação dos temas, o CEDIT adotou a estrutura dos Anuários francês e alemão, baseando-se no princípio do fluxo básico da atividade econômica, de modo que o Anuário facultasse “um conhecimento da base territorial do País, do efetivo e estado da população, dos recursos econômicos e suas transformações, serviços, preços, rendimentos e consumo, finanças e contabilidade social”.¹⁷

A apresentação do Anuário de 1977 mostra a mudança na produção da publicação, quando anuncia que esta incorpora os dados mais significativos sobre os vários aspectos da vida do País, alterando a estrutura que “vinha sendo mantida de longa data, com a finalidade de torná-lo mais adequado às atuais necessidades de informação e, gradativamente, ampliá-lo com maior número de elementos informativos para o público”.¹⁸

Pela primeira vez evidencia-se a definição das informações segundo as necessidades dos usuários, modernizando-se dessa forma a concepção adotada até aquele momento, que era a produção de estatísticas de interesse do Estado. A influência e interação com a comunidade científica é intensa e vários assuntos são introduzidos, visando ao maior estudo das condições econômicas e sociais da sociedade, como por exemplo, da situação alimentar, consumo e despesa familiar da população.

Há interesse em que haja maior compreensão do conteúdo das tabelas, bem como do significado das estatísticas divulgadas, introduzindo-se, pela primeira vez, “textos em que figuram conceitos, definições, características dos levantamentos estatísticos e indicações sobre a metodologia adotada em pesquisas censitárias e contínuas, e na elaboração de indicadores econômicos e de projeções demográficas”.¹⁹

¹⁶ Op cit. p 6/7

¹⁷ Op cit p 10

¹⁸ ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1977 Rio de Janeiro: IBGE, 1978, v. 38, 848 p

¹⁹ Op cit p 5

Os Anuários de 1978 a 1984 têm como princípio a consolidação das estatísticas e tentam satisfazer, cada vez mais, o público usuário.

Com o advento da Nova República, que traz a perspectiva de abertura do IBGE à sociedade civil, um novo conceito passa a permear a produção de informações no IBGE. A apresentação do Anuário de 1985, publicado em 1986, ano da comemoração do cinquentenário da instalação do IBGE, explicita a preocupação da administração em reafirmar “o propósito de abrir a Casa ao usuário, para que não só o Governo Federal, mas toda a sociedade possa influenciar sua atividade-fim”, e solicitar “sugestões e/ou críticas, no sentido do aperfeiçoamento das futuras edições”.²⁰

A reforma administrativa do IBGE, iniciada em dezembro de 1985, consolida a política de maior aproximação com o usuário, ao criar o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Na verdade, tais ações são respostas às exigências da própria sociedade que busca a redemocratização das instituições no País, em contraposição ao modelo centralizador adotado pelo IBGE, nas decisões sobre a produção estatística. Além disso, outras entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional adotaram processos modernos de produção e passaram a gerar também estatísticas de boa qualidade.

A reformulação das pesquisas, frente às necessidades de informação, passa a ser uma constante. A apresentação do Anuário de 1986 mostra esta preocupação, ao reafirmar o papel histórico do IBGE: o de “oferecer ao público o enorme potencial do banco de dados que gerencia, para alimentar novos estudos e análises sobre a realidade brasileira”²¹. Anuncia-se também que a nova política de disseminação de informações está sendo consolidada através da reformulação do Sistema Estatístico Nacional - cujo órgão central é o IBGE - e da revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas de 1974.

O Anuário de 1987 mostra os esforços desenvolvidos no sentido de que a publicação se torne um veículo efetivo de disseminação das informações produzidas pelo IBGE, conforme se depreende do seguinte trecho: “As informações compiladas no Anuário Estatístico do Brasil são disponíveis de forma mais detalhada e poderão ser obtidas através de consultas às publicações das respectivas pesquisas e aos correspondentes documentos metodológicos existentes no IBGE e nas demais entidades citadas como fonte no final da presente edição”.²²

Vale observar que os esforços concentravam-se na maior aproximação do IBGE com o usuário das informações, ficando em segundo plano o entrosamento mais estreito com as outras entidades produtoras do Sistema Estatístico Nacional.

A realização, em novembro de 1989, da III Conferência Nacional de Estatística - CONFEST - é um marco na integração dos usuários e produtores de estatísticas nacionais. Nesta reunião discutiu-se o conteúdo estatístico do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGI EG - e, con-

²⁰ ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1985 Rio de Janeiro: IBGE, 1986, v 46, 760 p

²¹ ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1986 Rio de Janeiro: IBGE, 1987 v 47, 628 p

²² ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1987/1988 Rio de Janeiro: IBGE, 1988 v 48, 740 p

Em 29 de maio de 1936, o IBGE começou a funcionar com as atribuições que tem hoje.

Agora, tente voltar 50 anos ao passado e imagine o que você pensaria se alguém lhe falasse sobre banco de dados.

Pois é.

Mas hoje, todo mundo entende a importância de se ter bilhões de informações processadas quase que instantaneamente através de computadores.

E de como o domínio da informação é vital para o planejamento das empresas e do país.

Para manter esse acervo de dados sempre atualizado, a Fundação IBGE realiza pesquisas permanentes e Censos.

Aliás, neste ano, estamos realizando o Censo Agropecuário, em fase final de coleta de dados em cerca de 6 milhões de propriedades rurais, e vamos iniciar o Censo Econômico, que pesquisará mais de 2 milhões de empresas.



Só para você ter uma idéia do lado prático do banco de dados da Fundação IBGE, saiba que muitas das informações que nortearam a reforma econômica do Governo saíram de lá.

Assim como lá estão as respostas de que sua empresa precisa para planejar melhor.

Seja qual for a informação de que você precise, consulte o banco de dados da Fundação IBGE.

Ele é tão completo que é capaz até de você obter respostas sobre como era a economia brasileira no tempo onde banco de dados era entendido ao pé da letra. E todas as mudanças que ocorreram até agora.

50 anos.

**FUNDAÇÃO
IBGE**

O maior banco de dados sobre o Brasil. Disponível!

Isso é o que muita gente entendia por banco de dados em 1936.

Figura 17 - Propaganda sobre a "abertura da Casa" (IBGE), à sociedade, através de seu banco de dados. Anuário Estatístico do Brasil - 1985. (Acervo da Biblioteca do IBGE).



O MAIOR BANCO DE DADOS SOBRE O BRASIL

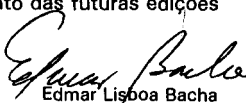
No Banco de Dados do IBGE você encontra cerca de 700 milhões de informações, além de inúmeras publicações, que contam a História do Brasil através de estatísticas demográficas, sociais e econômicas, da geodésia, da cartografia, da geografia, dos recursos naturais e do meio ambiente. E mais: resultados sempre atuais de pesquisas que acompanham o dia-a-dia da vida do brasileiro.

Na Biblioteca Central estão instalados terminais de vídeo que permitem o acesso direto aos dados dos censos e das principais pesquisas. É o Sistema IBGE de Recuperação Automática — SIDRA, que também pode ser utilizado pelos usuários da Rede Nacional de Telex: (021) 34128 e 34129. Entre em contacto conosco: Av. Beira-Mar 436, 13.º andar, CEP 20021, RJ.

Figura 18 - Propaganda que reforça a linha de maior uso das informações produzidas pelo IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1986. (Acervo da Biblioteca do IBGE).

Na oportunidade do lançamento deste volume, a administração do IBGE reafirma o propósito de abrir a Casa ao usuário, para que não só o Governo Federal, mas toda a sociedade possa influenciar sua atividade-fim

Assim, fiel à filosofia de *transparência* que se impôs na condução dos trabalhos que lhe são afetos, solicita a seus usuários sugestões e/ou críticas, no sentido do aperfeiçoamento das futuras edições

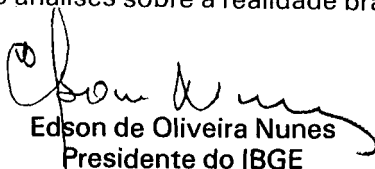


Edmar Lisboa Bacha
Presidente do IBGE

Rio de Janeiro, RJ, maio de 1986.


A nova política de disseminação de informações está sendo consolidada através da reformulação do Sistema Estatístico Nacional — cujo órgão central é o IBGE — e da revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, de 1974.

A publicação do ANUÁRIO ESTATÍSTICO reafirma, mais uma vez, o papel histórico do IBGE oferecer ao público o enorme potencial do banco de dados que gerencia, para alimentar novos estudos e análises sobre a realidade brasileira



Edson de Oliveira Nunes
Presidente do IBGE

O ano de 1989 é especialmente importante do ponto de vista da divulgação de dados estatísticos. Estamos elegendo o Presidente da República. É época de repensar o Brasil. Há, portanto, necessidade premente de dados e informações atualizados. Nesse sentido, o IBGE realizou um esforço para apresentar neste Anuário Estatístico o quadro da realidade brasileira mais completo possível



Charles Curt Mueller
Presidente do IBGE



Figura 20 - Capa da 50.ª edição do Anuário Estatístico do Brasil (Acervo da Biblioteca do IBGE).

seqüentemente, o elenco de pesquisas a serem realizadas sob sua coordenação.

Inicia-se a década de 90 e o Anuário completa 50 anos de divulgação das estatísticas nacionais sob a responsabilidade do IBGE. A história da Instituição, ao longo desse período, esteve sempre ligada a esse veículo de divulgação.

Novos tempos, tempos novos. Novas idéias, idéias novas. Repensar o Anuário Estatístico do Brasil - AEB-91 - apresentava-se em 90 como tarefa de resgate, avaliação e incorporação das experiências já realizadas, procurando sempre melhor atender às necessidades de informação dos usuários. E havia também o objetivo de tornar o AEB-91 o instrumento de disseminação das melhores e mais oportunas estatísticas produzidas pelas entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional - SEN.

Novos Tempos: um (Re)Começo

Um olhar para a trajetória da produção do Anuário Estatístico do Brasil, ao longo de suas 50 edições, mostra que sucessivas reformulações foram levadas a efeito, mantendo-se porém a característica original da publicação: sintetizar a produção, no País, das estatísticas nacionais. Um olhar para o futuro antecipa, no presente, seu enorme potencial como instrumento de integração entre as entidades produtoras e os usuários das estatísticas.

Com essas metas é que o IBGE, desde julho de 1990, passou a desenvolver estudos que permitissem estabelecer condições e formas de reformulação, viáveis em dois anos, que tornassem o Anuário o efetivo veículo de disseminação das melhores estatísticas nacionais produzidas no País. Viveu-se esse período como um recomeço em bases mais técnicas e modernas e, a partir de diagnósticos realizados no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI -, foram identificados cinco eixos básicos de atuação: estruturação da publicação, informatização do processo de produção, definição do projeto editorial e gráfico, comercialização e constituição de corpo editorial.

Estruturação do Anuário

As indicações sintéticas idealizadas por Teixeira de Freitas para o Anuário Estatístico do Brasil permanecem válidas, já que não é possível nele incluir-se todas as informações disponíveis no País. Há que se ter critérios de prioridade que selecionem os temas mais significativos ao estudo da realidade econômica e social do Brasil. Mantém-se a concepção adotada pelo extinto Centro Editorial - CEDIT: a estruturação dos temas deve seguir o fluxo básico da atividade econômica, de modo que, através do Anuário, se tenha conhecimento da base territorial do País, do efetivo e do estado da população, dos recursos econômicos e de suas transformações, dos serviços, preços, rendimentos e consumo, bem como das finanças. Outra premissa da estrutura pretende que as informações estatísticas necessárias à

viabilização do planejamento econômico e social obedecerem ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG.

Por ter sido instituído em 1974, estudos para ajustar o plano aos tempos atuais foram feitos usando-se como base os resultados da III Conferência Nacional de Estatística - CONFEST -, realizada em novembro de 1989.

Em 1991, no primeiro ano da reformulação, a estrutura dos temas do AEB-91 foi feita com base no sumário do Anuário de 1990, reorganizando-se as seções segundo a lógica do PGIEG²³. Cada departamento das Diretorias de Pesquisas e de Geociências do IBGE procedeu à avaliação do plano tabular do Anuário de 1990 eliminando, acrescentando ou agregando tabelas para dar maior consistência lógica a cada tema. O sumário do AEB-91 pode ser assim considerado como um subsídio à redefinição temática do futuro PGIEG.

A evolução dos esquemas de organização das estatísticas nacionais desde 1862 pode ser vista na ilustração (Fig.21), onde se percebe o aumento de complexidade dos assuntos ao longo dos anos. Em busca de se retratar a sociedade, e por conta de sua mutabilidade, foram-se efetuando alterações.

A operacionalização dessa fase de reformulação implicou na avaliação das tabelas do plano tabular de 1990. A análise foi mais rigorosa para o conjunto de tabelas sob a responsabilidade direta do IBGE. Para as fontes externas, que compreendem 40% das tabelas, resolveu-se mantê-las como foram apresentadas em 1990; isto devido à escassez de tempo para redefini-las com as entidades produtoras. Muitas destas entidades são públicas e estão passando por problemas oriundos da reforma administrativa de 1990, que extinguiu vários órgãos, desarticulando rotinas tradicionais de manutenção e atualização de acervos. A localização desses acervos e a perda da comparabilidade dos conceitos também tornaram-se um problema para a manutenção das séries estatísticas.

A transferência de responsabilidade na definição do conteúdo do AEB para os Departamentos da área de produção de informações do IBGE mudou a concepção de seleção de tabelas. Estas eram feitas anteriormente compilando-se os dados nas publicações existentes e tabelas, que eram repetidas sem avaliação e substituídas por outras com informações mais atuais e oportunas.

Outro objetivo da estruturação, o de transformar o AEB-91 em veículo de divulgação dos trabalhos produzidos pelo Sistema Estatístico Nacional, foi concretizado acrescentando-se aos capítulos referências bibliográficas de publicações existentes sobre cada assunto e anúncios de publicações a serem lançadas, além de outras iniciativas que cuidaram de dar maior divulgação ao Anuário.

Informatização do Processo de Produção

Era preciso automatizar todas as fases de produção do novo Anuário. Iniciando-se pelo plano tabular, elaborado até então manualmente, traba-

²³ NASCIMENTO, Maria das Graças de Oliveira; PEREIRA, Francisco José Proposta de reformulação do Anuário Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE/CDDI/NDM, 1990 Circulação Interna.

CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS PARA ORGANIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA GERAL

1862

PLANO PARA ORGANIZAÇÃO DA
ESTATÍSTICA DAS PROVÍNCIAS
E GERAL DO IMPÉRIO

PRIMEIRO ELENCO: TERRITÓRIO

SEGUNDO ELENCO: POPULAÇÃO

QUADROS ESPECIAIS

1936

ESQUEMA FUNDAMENTAL

1 - CARACTERIZAÇÃO
FÍSIO-DEMOGRÁFICA

2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

1968

PLANO NACIONAL DE
ESTATÍSTICAS BÁSICAS

I - ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS

II - ESTATÍSTICAS DERIVADAS

1974

PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES
ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS

I - ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS

II - ESTATÍSTICAS DERIVADAS

III - CARACTERIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO,
RECURSOS NATURAIS

MEIO AMBIENTE E POLUIÇÃO

IV - ATIVIDADES CARTOGRÁFICAS

V - ESTUDOS E PESQUISAS
GEOGRÁFICAS

Figura 21

lhou-se segundo a perspectiva de montagem de um banco de dados, o que torna possível a recuperação rápida e eficiente dos assuntos de interesse dos usuários, e a recuperação de séries estatísticas, no menor nível de agregação possível. Esse processo permite também definir veículos compatíveis com vários tipos de público, identificados pela área de desenvolvimento de mercado.

A fotocomposição para reprodução dos originais, processo realizado anteriormente, foi considerada um fator de demora na produção gráfica e indicou-se apenas sua utilização na montagem da publicação. A automação foi adotada também nos processos de editoração e produção gráfica.²⁴

Projeto Editorial e Gráfico

Além da automação, o fator considerado fundamental no projeto editorial e gráfico foi a necessidade de dar maior dinamismo à publicação, através da inclusão de gráficos/textos e da ampliação do espaço de divulgação dos trabalhos do IBGE e das demais entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional.

Comercialização e Distribuição

A análise da situação da comercialização do Anuário indicou a necessidade de reformulação dos métodos e processos utilizados, até 1990, na área de comercialização, promoção e distribuição.

Foi possível desenvolver outros mercados potenciais, através de uma política mais agressiva de comercialização, baseada em definições de produtos oriundos do Anuário, como disquetes, tabelas específicas, etc., e aperfeiçoamentos do sistema de distribuição. A política de preços equacionou os usuários e as diversas formas de disseminação: publicação, disquete, cópia, reprografia, etc.

O contato com as fontes externas na fase de captação das informações evidenciou que a doação das publicações deve ser por representação (à Direção da Entidade), técnica (às unidades produtoras de informação em cada entidade) e feita aos centros de documentação e bibliotecas (destinadas aos usuários desses centros).

Adotando-se uma postura pró-ativa, a publicação do Anuário Estatístico do Brasil - AEB-91 -, prevê uma pesquisa de opinião que visa a medir o impacto das reformulações efetuadas. Para isto será utilizado um questionário composto de três segmentos básicos: informações sobre o comprador; informações sobre o acesso ao AEB-91 e informações sobre o conteúdo e as características do AEB-91.

Com base nas respostas, análises quantitativas e qualitativas sobre o nível de aceitação da publicação poderão ser feitas, constituindo subsídio fundamental ao completamento da reformulação do Anuário.

²⁴ SCHEID, Gilberto. Sugestões para alterações no Anuário Estatístico do Brasil, 1990.

Comissão Editorial

Condição chave para o sucesso da implantação efetiva do projeto de reformulação do Anuário, sua Comissão Editorial foi instituída por resolução do Conselho Diretor do IBGE em 18.12.1990 (R. CD n.º 59/90).

Constituída por representantes da Presidência, das Diretorias de Pesquisas, de Geociências e de Informática, e do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, essa Comissão - fórum permanente de debates - teve como primeira tarefa definir estratégias que viabilizassem o Projeto de Reformulação do AEB.

Como forma de administração do projeto adotou-se a concepção matricial. Definindo claramente as atribuições, segundo as funções de cada área envolvida, foi possível acordar os prazos, segundo as metas a serem atingidas. Assim, o avanço e a substituição de cada uma das fases do processo ocorreram de acordo com o grau das mudanças pretendidas pelas unidades envolvidas.

A reformulação do Anuário é, sem dúvida, um processo de modernização que venceu a natural resistência a mudanças, através da compreensão do objetivo maior e graças ao engajamento efetivo das pessoas envolvidas, do IBGE ou das outras instituições.

É preciso que se mantenha e se promova o desenvolvimento de articulações entre técnicos dos diversos órgãos produtores de estatística, através de encontros, ou de outras formas que estabeleçam meios de incrementar a disseminação da produção das estatísticas nacionais, contribuindo, sem dúvida, para o melhor conhecimento da realidade econômica, política e social do País.

PRESIDÊNCIAS DO BRASIL E DO IBGE - RELAÇÃO HISTÓRICA

PERÍODO	PRESIDENTES DA REPÚBLICA	Nº DE VOTOS	PRESIDENTES DO IBGE	SECRETARIO GERAL DO CNE	SECRETARIO GERAL DO CN
1930-1945	Getúlio Dornelles Vargas	-	Jose Carlos de Macedo Soares	Mámo Augusto Texeira de Freitas	Cristóvão Leite de Castro
1945-1951	Eurico Gaspar Dutra	3 251 507	Jose Carlos de Macedo Soares	Mámo Augusto Texeira de Freitas Rafael Xavier Waldemar Lopes	Cristóvão Leite de Castro Virgílio Corrêa Filho
1951-1956	Getúlio Dornelles Vargas Faleceu em 24-08-54 assumindo o Vice-Presidente João Café Filho	3 849 040	Djalma Poli Coelho Manoel Espindola Florenco Carlos de Abreu Silva Elmano Gomes Cardin José Carlos de Macedo Soares	Waldemar Lopes Lourival Câmara Afonso A. R. da Silva Ovidio de A. Júnior Mauricio Fichtner Sebastião de Oliveira Res Afonso A. R. da Silva Waldemar Lopes Antônio P. L. T. de Freitas	Edmundo Gastão da Cunha Luiz Eugênio P. F. Abreu Jose Verissimo da C. Ferreira Deoclécio de P. Antunes Fábio de Macedo Soares Guimarães
1956-1961	Juscelino Kubitschek de Oliveira	3 077 411	Jurandir Pires Ferreira Moacir Malheros F. da Silva Jurandir Pires Ferreira Rafael da Silva Xavier	Luiz de Abreu Moreira Hildebrando M. da Silva Raul do Rego Lima Waldemar Lopes	Virgílio Corrêa Filho Speridião Faissol Fábio de Macedo Soares Guimarães
1961-1964	Jânio da Silva Quadros Renunciou e assumiu o Vice João Belchior Goulart (07-09-61 até 02-04-64)	5 636 623	Jose Joaquim de Sá Freire Alvim Roberto Bandeira Accioli Waldyr da Costa Godolphim	Lauro de S. V. de Castro Paulo de Jesus Morão Rangiel Germano Sedit Vidal	Waldyr da Costa Godolphim Speridião Faissol Rene de Mattos Waldyr da Costa Godolphim
1964-1967	Humberto de A. Castelo Branco	-	Agunaldo Jose de S. Campos Sebastião Aguiar Ayres	Sebastião Aguiar Ayres Raul Romero de Oliveira	Rene de Mattos Miguel Alves de Lima
1967-1969	Artur da Costa e Silva	-	Sebastião Aguiar Ayres Passou a ser Fundação IBGE	Passou a ser um órgão autônomo - IBE DIRETOR GERAL	Passou a ser um órgão autônomo - IBG
1969-1974	Emílio Garrastazu Médici	-	Sebastião Aguiar Ayres Isaac Kerstenetzky	Antônio Tânios Abibe	-
1974-1979	Ernesto Geisel	-	Isaac Kerstenetzky	Eurico de Andrade Neves Borba	-
1979-1985	João Baptista de O. Figueiredo	-	Jesse de Souza Montello	Aloysio Brandão de Albuquerque Mello	-
1985-1990	Jose Sarney Efetivado no cargo por motivo de saúde de Tancredo Neves que veio a falecer em 21-04-85	-	Edmar Bacha Régis Bonelli Edson de Oliveira Nunes Celsus Lodder (Interventor) Charles Curt Mueller	Régis Bonelli Alexandre do Amaral Rezende Eduardo Augusto Guimarães David Wu Tai	-
1990-	Fernando A. Collor de Mello	mas de 35 000 000	Eduardo Augusto Guimarães	Jose Guilherme de A. Res	-

Referências Bibliográficas

- A NOVA Estrutura e Funcionalidade do Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979 (mimeo) Trabalho apresentado no Seminário sobre o Uso do Dado Estatístico, Brasília, 1979
- ALVES, Marilda Dias O Desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional Rio de Janeiro: IBGE, 1988 62 p
- ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1908/1912 Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio, v 2, 1917
- ANNUARIO POLÍTICO, HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: F. Didot, 1846.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1953
- _____. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatísticas, 1936
- _____. 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, 1978.
- _____. 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, 1986.
- _____. 1986. Rio de Janeiro: IBGE, v 47, 1987.
- _____. 1987/1988 Rio de Janeiro: IBGE, v 48, 1988
- BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE RJ: IBGE, v 12, n 590, 25 de outubro de 1963
- CÂMARA, Lourival Exame Crítico da Estatística Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. 89 p (mimeo)
- _____. Tecnologia de Amostragem Rio de Janeiro: IBGE, 1968 347 p. (mimeo).
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA Resolução n.º 121 de 14 de julho de 1939 Recomen-
da ao estudo dos estatísticos brasileiros as "Bases para a organização de estatísti-
ca", apresentadas por José Cândido Gomes ao Ministério da Agricultura em 1862 Reso-
luções da Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, t 4, n.º 111-162, p 76-103,
1939 3 Sessão ordinária
- _____. Resolução n.º 119 de 14 de julho de 1939. Manda incluir nos anais do Instituto os prin-
cipais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do siste-
ma estatístico brasileiro. Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Esta-
tística, t 4, n.º 111-162, p 40-76, 1939 3 Sessão ordinária.
- FREITAS, Mario Augusto Teixeira de Teses Estatísticas Florianópolis: IBGE/Departamento de
Estatística e Publicidade, 1939 58 p
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto; HAGUENAUER, Lia. Ensaio sobre Estatísticas do Setor Pro-
dutivo Rio de Janeiro: IBGE/DPE, 1991. 31 p (Textos para discussão, n.º 42).
- _____; SILVA, Lenildo Fernandes Ensaio sobre a Produção de Estatística Rio de Janeiro:
IBGE/DPE, 1990. 35 p (Textos para discussão, n.º 26).
- MONTENEGRO, Tulo Hostílio Observações e Sugestões para a Reformulação do Sistema Es-
tatístico Brasileiro e a Reorientação das suas Atividades Rio de Janeiro: IBGE, 2ª ed
1964. 67 p
- NASCIMENTO, Maria das Graças de Oliveira; PEREIRA, Francisco José. Proposta de Reformu-
lação do Anuário Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE/CDDI/NDM, 1990 (Circulação
interna).
- O IBGE Atual: objetivos e formação histórica. Rio de Janeiro: IBGE/CPE, [1985?], 25 p.
- OLIVEIRA, Waldemar Barbosa de. Unidades Regionais: diagnóstico preliminar. Rio de Janeiro:
IBGE/NUCAR, [1985?].
- RECENSEAMENTO do Brasil [s n t]. 12 v.
- SCHEID, Gilberto Sugestões para Alterações no Anuário Estatístico do Brasil, 1990. (Em disquete)
- SILVA, Lenildo Fernandes Coordenação Estatística Nacional: reflexões sobre o caso brasilei-
ro. Rio de Janeiro: IBGE/DPE, 1989 63 p (Textos para discussão, n.º 21)
- VIDAL, Germano Seidl. Uma Nova Filosofia de Administração: uma experiência de 6 meses,
no período de 6 de abril de 1964 a 2 de outubro de 1964 Rio de Janeiro: IBGE, 1964

Anuário Estatístico do Brasil Resenha Histórica

Narra a história do Anuário Estatístico do Brasil, descrevendo seus antecedentes, a edição de 1916, o primeiro Anuário sob a responsabilidade do IBGE, em 1936, e as reformulações por que passou ao longo de sua trajetória como principal fonte de informações estatísticas sobre o Brasil. Numerosas ilustrações complementam o texto.

A publicação inclui, também, bibliografia com as fontes consultadas e lista de todos os Presidentes do IBGE e secretários-gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.